

O QUE ENSINAM AS FAKE NEWS? GÊNERO, SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL BOLSONARISTA

Pâmela Suelen Gama da Cruz

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. Contato: gamacruz@outlook.com

Homero Dantas Ragnane

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. Contato: homeroragnane@gmail.com

Resumo

Nos últimos tempos houve uma inegável ascensão de um conjunto de pautas agrupadas por uma agenda conservadora e moralista na política brasileira, sobretudo amparada pela polemização de pautas sobre gênero e sexualidade; sendo as discussões em torno da “ideologia de gênero” na educação um poderoso e infeliz exemplo disso. Partindo de um referencial teórico que inclui o debate foucaultiano sobre poder, discurso e controle para refletir sobre alguns dos mecanismos operantes das *fake news* e suas influências nas discussões sobre gênero e sexualidade, este paper se propõe a investigar alguns dos eixos de articulação entre a ascensão da extrema direita na arena política brasileira, *fake news* e gênero e sexualidade. Nesse sentido, consideramos o campo da educação como um privilegiado *locus* no qual essas linhas discursivas de força se articulam e consubstanciam. Através da perspectiva da pedagogia cultural e sua declaração sobre a existência de espaços que produzem conhecimento e que vão além do muro das escolas, considera-se as redes sociais como espaços potencializadores para a criação de discursos que acabam por produzir outras realidades e fabricar subjetividades. Uma primeira conclusão possível seria a de que,

enquanto espaço educativo, as redes sociais vêm influenciando e formando novos saberes que terminam por deixar porosas as fronteiras entre os mundos “virtual” e “real”.

Palavras-chave: ideologia de gênero, *fake news*, pedagogia cultural, bolsonarismo.

Introdução

Com a emergência da discussão feminista e sua consolidação enquanto campo de produção de conhecimento com espaço estabelecido na academia, surgem novos sujeitos políticos com novas pautas e demandas. Contudo, esse movimento acaba por irromper uma reação marcada por formações discursivas conservadoras, autoritárias e supremacistas. Frente a isso, deflagra-se uma verdadeira guerra discursiva em torno dos sentidos sobre gênero.

De um lado a compreensão acadêmica do gênero enquanto fenômeno socialmente construído, assim como o combate às categorias normativas a partir de ferramentas analíticas que possibilitem a produção de novos saberes. De outro lado, a ascensão de uma frente política de extrema direita que articula discursos antigênero lastreados por linhas de força social marcadas por uma cultura judaico-cristã que tem como premissa uma forma de determinismo biológico que legitima a heteronormatividade enquanto algo da dimensão do natural e considera as diferenças sexuais como produtoras de sujeitos desviantes.

Além disso, ao conservadorismo articula-se o argumento a favor da manutenção e preservação da família heterossexual, no qual as pautas feministas figuram como um retrocesso e um verdadeiro perigo à sociedade à medida que defendem agendas desestabilizadoras da heteronormatividade como direitos reprodutivos, o aborto, assim como aspectos da agenda da população LGBTIA+. Em outras palavras, ao mesmo tempo em que a cisheteronormatividade vai sendo posta enquanto norma produtora de modos de existência mais autorizados que outros, vão se articulando atores políticos conservadores provenientes de vários segmentos da sociedade na construção de um *backlash* (uma contraofensiva, por assim dizer) reacionário que busca cercear a atuação destas pautas e discussões questionadoras.

Durante a década de 90 a Igreja Católica denuncia a existência de uma “ideologia de gênero” inerente ao movimento feminista que figuraria em seus âmbitos social, político e acadêmico. O termo foi utilizado no documento da Igreja durante a Conferência Episcopal da Igreja Católica do ano de 1998 que tinha como tema “A ideologia de gênero - seus perigos e alcances” (SCHIBELINSKT, 2020). A partir de então iniciou-se um combate aos estudos de gênero que

apregoava que tais agendas eram uma ameaça a organização católica, pois colocava categorias como “família”, “homem”, “mulher”, “natureza humana” e “sexualidade” em cheque (SCHIBELINSKT, 2020). Ressalta-se que embora o tema tenha sido abordado em 1998, a discussão havia sido fomentada já em 1997 pelo cardeal Joseph Aloisius Ratzinger (MISKOLCI, CAMPAÑA, 2017).

A partir desse momento, o termo “ideologia de gênero” experimenta repercussão global, concomitante à ascensão de governos autoritários e discursos conservadores de extrema-direita. Dessa maneira, o termo “ideologia de gênero” é mobilizado por diversos discursos e agente políticos em distintos contextos de maneira a construir um espantinho político que buscava mobilizar pânico morais que deslocariam o debate público em torno de gênero e sexualidade progressivamente para à direita em termos reacionários e conservadores.

Keila Deslandes (2020), ao analisar as articulações antigênero transnacionais e, conseqüentemente, sua inserção nos campos políticos e educacionais no começo dos anos 2000, argumenta que após as controvérsias em torno de gênero nas Conferências sobre Direitos Humanos nos anos de 1990 se conformou uma contraofensiva aos usos de gênero na qual se articulavam nas grandes conferências mundiais sobre direitos humanos atores políticos conservadores como a já mencionada Igreja Católica por meio da figura estatal do Vaticano, setores neopentecostais e países islâmicos que buscavam, com essa aliança, “colchetear” (DESLANDES, p. 78) o uso de gênero nos documentos oficiais, ou seja, a cercear seu alcance e impacto políticos. Ela diz

Numa cruzada transnacional, passaram a perseguir a ideia de *gender*, que eles acreditavam se referir a tudo aquilo que possa ir contra as formas históricas da sexualidade macho-fêmea, culminando numa “revolução contra os pressupostos biológicos” e numa insurreição contra os seus limites que, no extremo, impõem uma contradição ao ser humano como obra ou criatura divina. [...] Uma formação reativa inicialmente católica, mas que passa a agregar neopentecostais e outras tendências conservadoras religiosas, num discurso contrário a qualquer perspectiva questionadora do patriarcado. (DESLANDES 2020, p. 75).

É a partir desse contexto inter(trans)nacional que se articula o termo “ideologia de gênero” que viria a ser central enquanto eixo articulador das forças apoiadoras do Bolsonarismo no começo da segunda década dos anos 2000. Interessam-nos aqui especificamente as eleições brasileiras de 2018 que levaram Jair Messias Bolsonaro à cadeira presidencial. É importante ressaltar que o cenário político brasileiro já passava por uma convulsão social, política e econômica desde as manifestações maciças de junho de 2013 que instauram um outro momento político na história brasileira.

Além disso, também os processos que culminaram no golpe sofrido por Dilma Rousseff, então presidenta, por meio de um golpe de estado dado através de um *impeachment* precariamente embasado. Também é importante registrar o avanço do que veio a ser conhecido como a bancada evangélica que foi se constituindo por uma articulação entre vários partidos políticos conservadores, majoritariamente composto por homens cristãos e neopentecostais, diga-se de passagem (SCHIBELINSKY, 2020) em concordância com as movimentações políticas analisadas por Deslandes (2020) no cenário internacional.

Referencial teórico

A análise foucaultiana acerca da ordem do discurso pode nos auxiliar a compreender o impacto da mudança desses campos discursivos. Assim sendo, o filósofo elenca grupos de procedimentos que acabam por controlar a proliferação dos discursos. Interessam-nos aqui os mecanismos que determinam “as condições de seu funcionamento [o discurso], de impor aos indivíduos que os pronunciam certo número de regras e assim de não permitir que todo mundo tenha acesso a eles” (FOUCAULT, 2014, p. 35). Tais condições irão permear regiões discursivas, tornando-as ora penetráveis, ora proibidas através de restrições que irão determinar quem fala, onde fala, para quem e por quê.

Para Foucault (2017) a formação de um saber não está relacionada a um poder soberano garantido por um sistema como, por exemplo, o Estado. O filósofo compreende o poder enquanto “a multiplicidade de correlações de forças imanentes ao domínio onde se exercem e constitutivas de sua organização; o jogo que, através de lutas e afrontamentos incessantes, as transforma, reforça, inverte” (FOUCAULT, 2017, p.100). Embora tenhamos a percepção de que

existem instituições totalitárias que gerenciam quem tem o poder e quem não tem, este sistema pode ser visto enquanto as formas terminais de cadeias que são geradas pelos jogos discursivos intrínsecos às relações de poder. Assim este sistema finda por possibilitar que determinados pontos nodais se tornem inteligíveis. É possível apontar através da perspectiva foucaultiana que o poder não é algo que se tem, mas sim algo que se exerce a partir de inúmeros lugares e em todas as relações.

A fim de argumentar sobre os mecanismos de controle, Michel Foucault (2014) falará sobre a “sociedade de discurso: nesta, o número dos indivíduos que falavam, mesmo se não fosse fixado, tendia a ser limitado; e só entre eles o discurso podia circular e ser transmitido” (p. 39). Em contrapartida, Foucault ressalta que as doutrinas - sejam elas políticas, religiosas ou filosóficas - podem ser compreendidas como o inverso da sociedade do discurso, ou seja, “a doutrina, ao contrário, tende a difundir-se; e é pela partilha de um só e mesmo conjunto de discursos que indivíduos, tão numerosos quanto se queira imaginar, definem suas pertencas recíprocas” (FOUCAULT, 2014, p. 39-40).

Dessa maneira, é partindo das reflexões foucaultianas acerca do poder, das dinâmicas discursivas e dos mecanismos de controle é que fundamentamos os possíveis tensionamentos das *fake news* sobre gênero e sexualidade sobretudo mobilizadas sob a égide nefasta da “ideologia de gênero” e seus possíveis desdobramentos na arena política brasileira que findaram por deslocar todo o espectro da política brasileira para mais à direita.

Metodologia

Esse *paper* se serviu metodologicamente de uma revisão bibliográfica com vistas a concatenar as discussões conceituais em torno dos feminismos enquanto produção de conhecimento, as reflexões de Michel Foucault sobre as articulações entre saber e poder, as *fake news* enquanto nó no qual se envolvem essas dinâmicas e as discussões da pedagogia cultural explorando as nuances pedagógicas que as *fake news* sobre gênero e sexualidade adquirem quando se inserem nos processos de produção de verdade acerca desse debate. De maneira geral, a metodologia dessa reflexão é o tensionamento e cotejamento desses conceitos com a finalidade de produzir uma reflexão conjuntural da articulação desses campos da topografia social.

Resultados e discussão

É possível afirmar sem muito medo de errar que as redes sociais como Facebook, Twitter e Instagram mostraram-se como um novo espaço social de produção de discursos políticos à medida em que possibilita novas dinâmicas de organização política a partir de novos movimentos de trocas de informação, nos quais o sujeito pode participar ativamente dos debates engendrando novos discursos e rearticulando as relações de poder. Em outras palavras, ao instaurar um espaço com outras possibilidades de articulação política, as redes sociais fazem emergir novos enquadramentos e sujeitos políticos.

Em seu célebre texto “Manifesto ciborgue – ciência, tecnologia e feminismo socialista no final do século XX” de 1985, Donna Haraway (2019) define-o enquanto a fronteira entre a ficção científica e a realidade social, mostrando-se como uma guerra na qual estão em jogo os territórios de (re)produção e imaginação de novas realidades possíveis. Dessa maneira, as mídias sociais podem ser consideradas como territórios a serem explorados e que ensejam ao sujeito estratégias de agenciamento e subversão dos pontos nodais da ordem do discurso.

Entretanto, paralelamente ao seu alcance de disseminação, as mídias sociais podem ser consideradas problemáticas à medida em que também se prestam a um espaço facilitador da circulação de *fake news*, isto é, são territórios discursivos nos quais a regulação do conteúdo produzido e circulado se encontra em estado incipiente¹. Assim, se aproveitam da confiabilidade construída pelos meios de comunicação tradicionais e se proliferam as notícias falsas usadas para manobrar as bases de apoio político dos atores políticos em torno de pautas ou objetivos específicos.

Pensando nos efeitos desses movimentos, se desenha uma outra articulação. A declaração da existência de campos pedagógicos que

1 Para além disso, é preciso também que entendamos o real alcance da influência política que as redes sociais são capazes de mobilizar efetivamente. Com apenas uma ligeira mudança no *layout* do *feed* de notícias, o Facebook foi capaz de levar 300 mil pessoas para as cabines de votação dos EUA, 100 mil pessoas a mais do que o montante responsável de votos que causaram a vitória de Joe Biden nas últimas eleições do país. Mais informações podem ser conferidas nesta matéria da BBC: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-37961917> Acessado em 11/05/2021.

vão além do muro das escolas pode causar um estranhamento inicialmente para quem não está familiarizado com as discussões do campo da Educação; isto porque confunde-se a ideia de educação com a de escolarização formal. Contudo, existem outros espaços que são considerados produtores de conhecimento. Portanto, ressalta-se a importância de observarmos atentamente outros espaços nos quais essas dinâmicas se realizem especialmente as mídias sociais (SABAT, 2001).

As inúmeras produções realizadas pelas mídias acabam por produzir discursos com força de verdade e acarretam processos de modulação de condutas. Dessa maneira, além de poderem ser vistas como espaços articuladores de fluxos e mecanismos de controle, para usarmos o léxico foucaultiano, as mídias sociais possuem uma vastidão de processos educativos que perpassam as relações entre os sujeitos por meio da disseminação de notícias, entrevistas e pesquisas.

O debate acerca da pedagogia cultural ressalta o impacto das produções cinematográficas, musicais, teatrais e jornais como aparatos culturais que afetam diretamente a formação dos sujeitos. É preciso reiterar a ideia de que os processos educacionais formativos das subjetividades não ocorrem somente confinados entre as paredes da escola, conforme dito anteriormente. Cotidianamente, as vidas dos sujeitos são atravessadas por diversos fluxos subjetivos agenciados por diferentes produções da indústria cultural que, estabelecendo conexões curriculares com a escola ou não, produzem impactos pedagógicos e instauram processos de aprendizagem. Ocorre assim, por exemplo, no *feed* de uma rede social na medida em que ele nos possibilita ver notícias, lançamentos de filmes, séries e teatros, músicas, matérias sobre diversos temas que influenciam diretamente na formação de opiniões e posições.

Ao debater sobre o papel da educação, Duarte (2002) ressalta que o processo educativo carrega ocorre em profunda negociação com as formas de socialização. Portanto, a construção dos saberes escolares, decorrida do encontro dos sujeitos no espaço escolar, ocorre em um diálogo, frequentemente tácito e invisibilizado pelos currículos e práticas, com linhas de força socioculturais exteriores às dinâmicas escolares, mas que, por assim dizer, pulam os muros da escola. As redes sociais vêm se mostrando altamente capazes de formar sujeitos ao servir como um sistema que engloba inúmeros aplicativos, entendidos enquanto territórios discursivos, possibilitando o compartilhamento de informações e a realização de processos de organização.

As redes sociais enquanto um espaço de produção de conhecimento e de trocas é altamente pedagógica, influenciando diretamente na tomada de posições dos sujeitos sobre as questões sociais, atualidades, sentimentos, relações interpessoais e questões que são constantemente debatidas; entre elas, a sexualidade, família e os processos de subjetivação.

Assim, para alinhar a discussão, é possível considerar que de através de uma espécie de genealogia tácita, um documento confeccionado ao final do século XX denunciando os perigos elevados de uma suposta “ideologia de gênero”, e a reação da Igreja Católica ao reafirmar o essencialismo e o binarismo de gênero, repercutiu globalmente servindo como fio condutor em articulação com outros discursos conservadores de uma extrema direita ascendente a fim de criar *momentum* político para tentativas de consolidação de regimes autoritários que encampam pautas conservadoras. Especificamente no contexto social brasileiro, as *fake news* disputaram os sentidos sobre as manifestações de junho de 2013, bem como contribuíram para o golpe sofrido por Dilma Rousseff, além de ser a principal ferramenta no período eleitoral de 2018, no qual o então candidato, Jair Messias Bolsonaro, distorceu inúmeros acontecimentos ao afirmar a existência da “ideologia de gênero”, kit-gay, mamadeira de piroca surfando no pânico moral gerado de maneira a conquistar segmentos conservadores da sociedade, sobretudo os neopentecostais.

Considerações finais

O mundo virtual vem se mostrando altamente capazes de formar cidadãos ao servir como um sistema que engloba inúmeras redes sociais, possibilitando o compartilhamento de informações acerca de todo o universo cultural, enquanto um espaço de produção de conhecimento e de trocas, é altamente educativa, influenciando diretamente o que pensamos e sentimos sobre questões que atravessam o oceano social.

A possibilidade de criar narrativas, compartilhar e posicionar-se contra ou a favor de determinadas discussões, da margem para que ocorra a (des)legitimação de identidades culturais, podendo ocorrer tanto a defesa quanto o ataque em inúmeras discussões. Não é à toa que diariamente as notícias tomam conta de redes sociais, pois um acontecimento repercute em questão de segundos, tornando-se uma

pauta a ser debatida entre grupos, ocasionando uma guerra discursiva onde aparentemente pode-se de tudo, como se o mundo virtual fosse um espaço a ser ocupado por todos, pois não existe lei e, portanto, consequências ou responsabilidades. Entretanto, ainda assim todas as discussões realizadas repercutem no mundo real ao embasar posicionamentos, ressaltar os valores de todos os cidadãos, influenciando diretamente os nossos e modos de ver e estar no mundo.

Referências

DESLANDES, Keila. Yo no creo em las brujas, pero que las hay, las hay: pânicos morais sem fronteiras e formação do campo político e educacional antigênero no Brasil da virada do século XX. In: **Gênero e educação: 20 anos construindo conhecimento**, 1. Ed., Editora Autêntica, Belo Horizonte, 2020.

DUARTE, Rosália. **Cinema & Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002. 128 p.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 24. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I**: A vontade de saber. 5. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017.

HARAWAY, Donna. Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. 1. ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 157-210.

MISKOLCI, Richard; CAMPANA, Maximiliano. “Ideologia de gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. Revista Sociedade e Estado, Brasília, v. 32, n. 3, p. 725-743, set./dez. 2017.

SABAT, Ruth. Pedagogia cultural, gênero e sexualidade. Revista Estudos Feministas, v. 9, n. 1, p. 04-21, 2001.

SCHIBELINSKT, Diego. “Isso é coisa do capeta!”: O papel da “ideologia de gênero” no atual projeto político de poder. **Retratos da Escola**, [s. l.], v. 14, n. 28, p. 15-38, 2020. Disponível em: <http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/1131>. Acesso em: 8 mar. 2021.